

Natureza e Sensibilidade em Jean-Jacques Rousseau

NATURE AND SENSIBILITY IN JEAN-JACQUES ROUSSEAU

*Luciano Silva Façanha**

*César Henrique de Paula Borralho***

RESUMO

Em Rousseau, a civilização é responsável pela degeneração da moral da natureza humana, suprimindo-a pela cultura intelectual. Na contramão dos demais iluministas, tomava o sentimento como manancial e gerência para o conhecimento e a felicidade humana a partir da subjetivação. Para se chegar à verdadeira conquista intelectual, as convenções da razão civilizada deveriam dar espaço à natureza humana por meio do sentimento. Os enciclopedistas tomavam a natureza como uma mecânica a ser estudada fora da esfera do sujeito. Em Rousseau, a natureza habita no ser em vida e sentimento e perscrutar esse sentimento era a chave para conhecer antes a si mesmo.

PALAVRAS-CHAVE: natureza; razão; sensibilidade.

ABSTRACT

In Rousseau, civilization is responsible for the degeneration of morality in human nature and provide it for intellectual culture. Against the other Enlightenment, took the feeling as wealth management and for knowledge and human happiness from subjectivity. To get to the real intellectual achievement, the conventions of civilized reason should give space to human nature through feeling. The Encyclopedists took nature as a mechanical being studied outside the subject ball. In Rousseau, nature indwelling life and feeling and peer into that feeling was the key to know before himself.

KEYWORDS: nature; reason; sensibility.

* Doutor em Filosofia pela PUC/SP. Professor e pesquisador do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Mestrado Interinstitucional de Cultura e Sociedade PGcult da UFMA. lucianosfacanha@hotmail.com

** Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão. UFMA (2015). Especialista em Estética (Filosofia da Arte) pela Universidade Federal do Maranhão ? UFMA (2012). Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (2005). cesarborralho@bol.com.br

Jean-Jacques Rousseau nasceu na cidade de Genebra, Suíça, em 28 de junho de 1712 e aos 66 anos feneceu na França em 02 de julho de 1778. Adverso ao regime do século XVIII, seduzido pelo projeto da *Enciclopédia* francesa e tomado pelo ímpeto de transformação social, Rousseau foi um iluminista.

Porém, este pensador tomou para si a responsabilidade de elaborar uma filosofia que concebesse em suas categorias elementares o *sentir*, o *raciocinar* e o *agir* – mesmo que isto lhe valesse a ruptura com seus companheiros de época e com os novos ideais franceses que, aos olhos de Rousseau, contribuíam grandiosamente para manutenção da corrupção e degeneração da sociedade, muito embora a razão fosse incumbida de minimizar substancialmente a ignorância e a superstição para a promoção do progresso das ciências, das artes e da moral.

A razão é considerada o único trem para que os habitantes do século XVIII possam alcançar a evolução da humanidade! Eis a bandeira que hasteou o movimento iluminista. O que não era oriundo da razão deveria ser deixado para trás. Os iluministas reivindicaram para si a locomotiva e os trilhos na condução do pensamento. Longe da razão, longe do progresso; pensavam os iluministas. Mas a fumaça que a razão produzia era algo que causava certa asfixia aos pensamentos de Rousseau.

O imenso poder atribuído à razão seria então a primeira crítica às ideias iluministas por Rousseau. Tinha ele uma noção aprofundada sobre seu século e sobre a cultura deste, o que possibilitou uma vasta compreensão sobre os trilhos da razão a ponto de perceber com clareza a natureza da

realidade composta por múltiplas faces, portanto, a realidade jamais poderia ser reduzida à razão como única promotora de um suposto progresso.

Rousseau (2005, p. 24) teria sido iluminado por uma espécie de lampejo cuja luz não emanou exatamente da razão iluminista: “Ó Senhor, se eu tivesse podido escrever a quarta parte do que eu vi e senti [...]”. Esta lépida passagem talvez possa fornecer elementos de explicação para a suspeita de Rousseau para com a razão e sua atenção para as “razões” do sentimento a partir do episódio descrito pelo autor como lampejo de Vincennes.

Um homem que ousasse tomar por ilusão uma certeza e que tivesse a astúcia ou proeza para se colocar contra esta esperança seria fatalmente crucificado ou banido sob a acusação de inimigo do progresso, do desenvolvimento e da civilização.

O século XVIII é um período abastado na história do pensamento. Inegavelmente constituiu um celeiro cultural gigantesco por ter produzido e salvaguardado provisões intelectuais tão valiosas que ainda alimentam a busca por conhecimento no século vigente. Fazendo uso de recursos de imagens de pensamento, pode-se afirmar com alguma discrição que o século XXI é um relógio com os ponteiros do XVIII.

O século XVIII não atende apenas pelo algarismo romano correspondente ao calendário gregoriano, possui um sobrenome! Tamanha distinção lhe garante uma nobreza entre os séculos vizinhos, tanto o antecessor que lhe concedeu o parto, quanto o sucessor que lhe conferiu a glória.

Século das Luzes! O luzidio relevo a este período por si só per-

gunta pelo feito que lhe confere a honra. A resposta à indagação encontra mérito no movimento conceituado de *Iluminismo*, causador das luzes deste referido século. E se a história toma por consequência do Iluminismo a *Revolução Francesa* (1789), antes deve-se atribuir por efeito do Iluminismo a Enciclopédia francesa de 1750, o que por sua vez nos remete pela lógica da reminiscência aos seus editores, d’Alembert e Diderot, bem como aos seus inúmeros colaboradores, inclusive o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Quando jovem, Jean-Jacques foi um cidadão comum na multidão, embriagado de vícios, péssimos costumes, mas um expectador social que de forma infrequente foi tomado pela pulsão de vida que o transformaria oportunamente em artista. A arte o levou em suas asas altaneiras para além da visão encantada e turva do deslumbramento das grandes cidades e o atraiu para um chão profundo onde o pensamento repousa. Possuído por uma agudez de espírito, o pensamento transformou Jean-Jacques em Rousseau.

Para perceber o crítico podemos olhar para o artista, e o artista pode nos conduzir com suavidade ao homem comum, que revela em seus textos o gênio do crítico. Trata-se do mesmo sujeito e, por motivos não tão óbvios, a história tratou até hoje de mantê-lo vivo, desde 1712, Jean-Jacques Rousseau. A cidade de Genebra é o coração do artista, a pátria do pensador, o lar do homem comum de forma incomum. Homens admiráveis pelos mesmos motivos que os tornariam desprezíveis travaram luta e amizade com Rousseau, mas pensamos que para homens comuns é que o

artista falou e o pensador dirigiu sua crítica, pelo tom enérgico e centrado na simplicidade sofisticada de suas palavras.

Em Rousseau há uma aguda antropologia que classifica o homem como um animal corrompido. Não se trata de uma condenação apocalíptica, que o empurra às portas do inferno sem recurso ao expiatório. O animal corrompido carrega consigo a possibilidade de correção. Para minuciosa proposta, é preciso se dar conta dos descaminhos percorridos por si ao seguir a estrada da razão como rua de mão única e conceber o coração como outra estrada a percorrer, porém, sob a primazia do sentimento. Em Rousseau há um convite ao sentimento que nos convoca a desenovelar fios de pensamento que não percorrem as páginas da história oficial de seu tempo, mas da elaboração de sua filosofia concebida pela contemplação da natureza, como nos indica o autor: “Oh! homem, de qualquer região que sejas, quaisquer que sejam tuas opiniões, ouve-me; eis tua história como acreditei tê-la lido não nos livros de teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza que jamais mente”. (ROUSSEAU, 1978, p. 237).

Tomamos como imprescindível aceitar este convite para compreendermos o pensamento do autor, como uma forma de acesso às suas questões, uma tentativa de aproximação imprescindível de sua obra, onde olhar com cuidado a natureza de suas palavras significa pensar o que se sentiu quando, em meio aos pensamentos intensos do autor, algo surgiu e convidou para uma dança com os sentimentos. Pensamos que o que diferencia Rousseau da maioria dos filósofos de seu tempo é o mesmo elemento que levou a maioria dos filósofos de seu tempo a se distanciar de

Rousseau. Se não se trata de filosofia, pode ser uma maneira de incitar ao filosofar. Se não se trata de filosofar, pode ser uma tentativa de sentir a filosofia ou a estética das coisas. Sobre isto, nos fala Rolland (1940, p. 2):

O que há de mais curioso é que ele não previra as consequências da sua glória e do seu gênio – mas esta glória e este gênio lhe vieram como que contra a sua própria vontade. A vida e a obra de Jean-Jacques Rousseau oferecem à história literária o caso talvez único de um homem de gênio, que o gênio visitou sem que ele o tivesse procurado.

Contam antigas histórias sobre um grupo de homens obstinados a retirar os outros homens das trevas com a nobre e inovadora proposta de levar luz onde escuridão houvesse. O novo sol que em suas mãos traziam era a Razão e estes ambiciosos cavalheiros se fizeram conhecer por Iluministas: Locke, Voltaire, Diderot, d’Alembert e Rousseau. As trevas não se dissiparam, mas havia nascido então o Iluminismo!

A razão se pretendia deveras iluminada com plenos poderes de esclarecimento capaz de vencer a ignorância, a obscuridade e a superstição. Daí advém a ideia de progresso, segundo nos fala Hazard (1989, p.39):

A luz ou, melhor ainda, as luzes, pois não se tratava de um único raio, mas, sim, de um feixe, projectava-se sobre as massas de negrume de que a terra estava ainda coberta [...]. Como eram doces aos olhos dos sábios essas luzes que eles próprios haviam acendido; como eram belas, como eram poderosas; e como as temiam os supersticiosos, os falsos, os maus! Brillavam, enfim; emanavam das augustas leis da razão; acompanhavam, seguiam a Filosofia que avançava a passos de gigante. Iluminados, eis o que eram os filhos do século: pois a metáfora prolongava-se indefinidamente [...]. Antes deles, os homens tinham errado porque viviam mergulhados na escuridão, porque tinham sido obrigados a permanecer no meio das trevas, das névoas da ignorância, das nuvens que encobriam a estrada direita; haviam tido uma venda a cobrir-lhe os olhos. Os pais tinham sido cegos, mas os seus descendentes seriam os filhos da luz.

A França era a nascente do Iluminismo e suas leis punham o domínio da razão como elemento para a evolução do homem. Rousseau “abre mão” do ideal iluminista ao observar que a razão não seria a única solução para as “trevas”, mas lança sua crítica à ciência, ao progresso, à ideia de harmonia que conduzida e produzida por tais pensamentos. Tal crítica à razão se direciona ao que ela representa como alicerce da maldade, promotora e mantenedora de vícios, opressão e escravidão de uma vida social dita civilizada. De acordo com o filósofo genebrino, a razão é uma faculdade que se desenvolve a partir de outras. O desenvolvimento da faculdade da razão é difícil e moroso. As sensações físicas e as paixões do espírito são faculdades que antecedem a razão. Perceber e sentir são estados que o homem tem em comum com os animais. Querer e não querer, desejar e temer são as primeiras operações da alma humana. O entendimento humano devia em muito às paixões, pois era por elas que a razão se aperfeiçoava. Ele dizia: “[...] só procuramos conhecer porque desejamos usufruir e é impossível conceber por que aquele, que não tem desejos ou temores, dar-se-ia a pena raciocinar”. (ROUSSEAU, 1974, p. 250).

Cassirer (1992, p. 21) tece a análise de que a razão chegaria a um patamar antes inalcançado:

Assim, desde os princípios das ciências profundas até os fundamentos da Revolução, desde a metafísica até as questões de gosto, desde a música à moral, desde as disputas escolásticas dos teólogos até os objetos de comércio, desde os direitos dos príncipes aos direitos dos povos, desde a lei natural até as leis arbitrárias das nações, numa palavra, desde questões que mais profundamente nos tocam até as que só superficialmente nos interessam, tudo foi discutido, analisado e, no mínimo, agitado.

Pensamos que o sentido de uma obra de filosofia não é promover uma querela que rende comentários que atravessam décadas e originam outras querelas que cruzam séculos na carona de novos comentários. Usando a mesma medida, não pensamos ser o filósofo um agitador que incita o surgimento de seguidores e perseguidores que, com afortunada astúcia e devoção quase religiosa, chegam ambos um dia à cátedra de novos agitadores. Pensamos ser filosofia qualquer questão necessariamente criada ou descoberta, que desvela ou inventa o filósofo; e este se obriga amorosamente a levar a sua descoberta ou invenção aos outros, para que se possa pesar, pensar e modificar uma realidade, mesmo que esta realidade seja a realidade de um sujeito, e promover a elevação do espírito:

Todos os progressos e prodígios humanos, que necessariamente não foram sempre positivos, advêm de um atributo denominado por Rousseau de perfeibilidade. Esse consistia na capacidade do homem de aperfeiçoar-se. Aqui reside a diferença entre o homem e o animal: o primeiro poderá modificar-se ao longo de toda a sua vida; o segundo, pelo “contrário, ao fim de alguns meses, é o que será por toda a vida, e sua espécie, no fim de milhares de anos, o que era no primeiro ano desses milhares. (CASSIRER, 1992, p. 249).

Muito se perde entre intenção e gesto, muito se esconde no livro na tentativa de se mostrar. Algumas coisas não se distinguem entre animal e homem. Por estes pontos mencionados, Rousseau é o autor alvo em questão. Sua filosofia anuncia e apresenta questões pertinentes a qualquer espírito que tende a se elevar por mais fiel ao chão que seja. A junção harmônica entre obra e vida seria filosofia se não fosse antes arte. A arte se aproxima da educação e a educação em seu processo inicial se mistura à arte quando se deve proteger o sentimento contra as verdades prontas, os

erros primeiros guiados precocemente pela tutela da razão:

Portanto, a primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro. Se pudesses nada fazer e nada deixar que fizessem, se pudesses levar nosso aluno são e robusto até a idade de doze anos em que ele soubesse distinguir a mão esquerda da direita, desde vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abririam para a razão; sem preconceitos, sem hábitos, ele nada teria em si que pudesse obstar o efeito de vossos trabalhos. Logo se tornariam em vossas mãos o mais sábio dos homens e, começando por nada fazer, tereis feito um prodígio de educação. (ROUSSEAU, 1995, p.97).

É preciso estar atento para a condução da razão, pois os sentidos são pormenorizados em uma busca de formação intelectual, reprodução e apropriação de pensamentos alheios que afastam do pensamento próprio, a atenção aos oportunos sentimentos e nos conduz a ter cegueira e fé na razão que elegemos para nossa conduta:

Como tudo o que entra no entendimento humano vem pelos sentidos, a primeira razão do homem é uma razão sensitiva; é ela que serve de base para a razão intelectual: nossos primeiros mestres de filosofia são nossos pés, nossas mãos, nossos olhos. Substituir tudo isso por livros não equivale a nos ensinar a racionar, mas sim a nos ensinar a nos servirmos da razão de outrem; equivale a nos ensinar a acreditar muito e nunca nada saber. (ROUSSEAU, 1995, p. 148).

Há sentimentos naturais ao homem suprimidos pela razão, os quais são classificados pelo genebrino de sentimento de piedade e amor de si. Em Rousseau, o homem é um animal que se perdeu. O sentimento de compaixão ou piedade que a dor do outro nos acometia era o elemento que impedia que o homem em estado de natureza prejudicasse os outros com maldade e frieza sem propósito, por exercício de crueldade ou domínio e extensão de bens que excedem as necessidades primitivas de satisfação.

O que leva a pensar que o homem em estado de natureza não tinha em seu coração uma essência agressiva. Embora Rousseau assuma que tal estado pode ter sido diferente do que ele imaginava, suas palavras sobre piedade ecoavam deste pensamento. Havia o sentimento de autopreservação que conduziria o homem a certa agressividade, porém, o sentimento de piedade se fazia mais forte que o sentimento de autopreservação. Esta, a reflexão, seria a causa do amor-próprio, da falsa moral, e elemento corruptor do homem na vida em sociedade.

Rousseau é um ilustre homem do Iluminismo, do século do domínio da razão. Então, como pode ele atacar o sol que tiraria os homens das sombras? Este ataque não se faz de forma radical. Não é a razão a origem dos males, mas sim esta estrada como único caminho e verdade a seguir. O acerto do passo se daria em colocar o sentimento em uma posição justa no pensamento e nas ações humanas.

Do meu primeiro retorno a mim nasce em meu coração um sentimento de reconhecimento e de bênção ao autor de minha espécie, e desse sentimento a minha primeira homenagem à divindade beneficente. Adoro a potência suprema e entereço-me com seus favores. Não preciso que me ensinem esse culto, ele me é ditado pela própria natureza. Honrar o que nos protege e amar o que nos quer bem não é uma consequência natural do amor de si? (ROUSSEAU, 1995, p. 374).

Rousseau confronta a razão no que ela alicerça a maldade, os vícios, o que é daninho e opressor, o que escraviza a civilização. Para Rousseau, o estado suposto de natureza ou o que os europeus encontraram nas odisséias dos descobrimentos do mundo por Colombo se configura em uma juventude do mundo, onde havia certa paz e certas felicidades

intactas pelo progresso que só a destruiriam depois, com a escravidão da propriedade privada e a privação da escravidão. Não há autenticidades de registros, não há registros específicos, há um pensador usando a imaginação para dar firmamento intuitivo à profundidade de seu pensamento, como nos mitos.

O exemplo dos selvagens, que foram encontrados quase todos nesse ponto, parece confirmar que o gênero humano era feito para sempre nele permanecer, que esse estado é a verdadeira juventude do mundo e que todos os progressos ulteriores foram, aparentemente, outros tantos passos para a perfeição do indivíduo e, efetivamente, para a decrepitude da espécie. (ROUSSEAU, 1995, p. 375).

A razão e a fé na razão foram conduzindo à velocidade do progresso os homens à caverna da verdadeira treva e escuridão humana. O condutor à caverna teria sido, segundo Rousseau, o primeiro homem que, ao cercar um terreno, foi hábil o suficiente em convencer os outros a acreditarem. Estava posto o primeiro loteamento da humanidade e a corretagem lavrava com sangue a invenção do privado, cercando com miséria e horror o que seria a imensa cerca entre o homem e o humano. Se alguém contestou, se alguém não aceitou, não lhe deram ouvidos. Talvez o sentimento de posse preencha um vazio humano antes da arte chegar, talvez a posse impressione com o poder, como um colar de pérolas desancorado com ouro do fundo do mar. Talvez a paz e a igualdade sejam um processo fracassado pela saída do estado de natureza do *genebrino*. Talvez a arte e mais especificamente a música seja um hino triste clamando pelo passado. Seria possível ser feliz no pior dos mundos ou todo segundo de reflexão

seja um caminho para a constatação de que o homem se perdeu.

Rousseau desacredita no poder da ciência para a experiência de elevação do homem e encontro com a felicidade. Propõe reformas no pacto social, na educação e nas artes em geral e em particular na literatura, na música e no teatro. As incursões deste pensador são diversas como diversas são as estratégias de saída do estado de “desnatureza” humana. A arte seria um estado de retorno ou resgate desta natureza primeira mesmo no atual progresso que a humanidade esfacelada se encontra, pelo menos, um caminho que o sentimento aponta. Estaria Rousseau usando a filosofia para sair da ignorância e a arte para sair da filosofia? Esperamos, acreditamos, sentimos que sim.

A *Enciclopédia* concretizou o século XVIII e o século XVIII procedeu a gentileza concretizando a modernidade. O *Iluminismo* é o carimbo deste feito. Se a palavra sagrada havia posto os homens nas trevas, a palavra dos homens haveria de ser a luz que dissiparia todo e qualquer crepúsculo. Consolidar-se-ia, então, a época dos *letrados* e os livros se tornariam os frutos da árvore do conhecimento, cujo único “pecado” seria não os consumir. A bíblia, um tanto quanto ofuscada pelas luzes do conhecimento, dividiria espaço com a imponente *Enciclopédia*. Encontrar a verdade sob o crivo da razão e da crítica e ensiná-la era a missão dos precursores da modernidade. Diderot é considerado o maior responsável pelo aparecimento da enciclopédia, e não se tratava apenas de uma enciclopédia como as anteriores, como nos diz Fortes (2004, p. 43):

Não era uma ‘enciclopédia’ como outra qualquer, como se vê pelo título. Seus verbetes não são simples justaposição de informações disparatadas. Dedicar-se,

sobretudo, às ciências, às artes e aos ofícios e busca mostrar as ligações que se estabelecem entre seus diferentes setores.

O que era apenas um projeto de tradução da enciclopédia inglesa ganhou gigantesco fôlego nas mãos de Diderot e D’Alembert, posteriormente. Nenhuma superstição seria tolerada, nenhuma espécie de ocultismo seria aceito. Democratizar o conhecimento humano era o espírito do homem moderno do século XVIII.

Investigaremos do que se tratava e como se configurou a Enciclopédia francesa do século XVIII. Nosso intuito é perceber na “Bíblia Científica”, se é que assim podemos chamá-la sem danos a tudo o que ela significa, ou na “Obra” de uma sociedade de letrados o que as letras são capazes de promover à sociedade em seu poder de formação e transformação. Averiguaremos o papel e poder de um editor, o homem que decide o rumo das letras, da leitura e do leitor. Tentaremos mensurar o peso que sustentaram com êxito os ombros de Diderot e D’Alembert ao se darem por *Atlas*¹ em todas as Ciências e as Artes que puderam transportar. A *ilustração* forneceu ao projeto o que parecia faltar nas antigas escrituras. Vejamos um exemplo imponente do poder da *ilustração*:

Na primeira página da Enciclopédia, aparece uma figura feminina que irradia a ‘luz do saber’, dissipando as ‘trevas da superstição’: é a Verdade. A seu lado, de pé, duas outras figuras femininas levantam o ‘véu que escondia a Verdade’, ou seja, o símbolo do erro e da ignorância. Uma dessas figuras é a Razão; outra cabeça é adornada por uma chama que simboliza o fogo da inteligência. A outra figura é a Filosofia, a rainha de todas as ciências. Ao lado da luminosa Verdade e sua corte estão: à direita, as várias Ciências; à esquerda, as Artes.

1 O mito de Atlas representa o peso das dificuldades cotidianas que oneram nossos ombros e, embora possamos considerar que seja nefasto demais, o que está sobre Atlas, a primeira vértebra da coluna cervical, é apenas a nossa cabeça, que guarda a nossa mente.

Elas são conduzidas pela Imaginação, que se prepara para coroar a Verdade com uma guirlanda de flores. Embaixo, iluminados por feixes de luz, estão os seres humanos, empunhando os instrumentos com que realizam seus trabalhos. Essas figuras alegóricas resumem a ideologia do século XVIII: um novo mundo estava para ser construído pelo Homem. O conhecimento (feixes da Verdade e da Razão) iluminaria e esclareceria todos os problemas. Por tudo isso esse movimento foi chamado Iluminismo. (JESUS, 2009).

O senhor Johannes Gutenberg, inventor da prensa móvel no século XIV, ficaria orgulhoso, se pudesse, pelo sucesso da empreitada à altura do seu invento. Mas, como o que se imprime não são papéis e sim ideias, não poderemos começar a tratar senão do pensamento. No século XVII, a obra de René Descartes, intitulada de *Discurso sobre o método para bem conduzir a razão na busca da verdade dentro da ciência*, impactaria de forma irreversível a visão humana sobre o conhecimento antigo e acenderia a chama inapagável da ambição por uma nova forma de conhecer. Daquele período em diante a receptividade passiva dos homens frente ao conhecimento posto jamais seria a mesma. Conhecer não se restringiria mais em aceitar a herança cultural como único e valioso tesouro e repassá-la com a sacralidade de um sacerdote aos sucessores, mas o conhecimento passou a ser uma questão de conquista, reelaboração, construção. Os enciclopedistas têm lá suas dívidas com Descartes, porém, a influência patente dos editores é um débito com o filósofo inglês Francis Bacon, conforme delineia a pesquisa de mestrado, precisamente sobre a presença de Bacon na *Enciclopédia*, de Bruna Torlay Pires; segundo ela:

A Enciclopédia procura inventariar nossas conquistas intelectuais. Ao mesmo tempo, veicula a noção de que o conhecimento do universo é a medida

do domínio humano sobre si e sobre a natureza. Enquanto procura afastar a superstição da mentalidade comum, provendo-a de ciência, exprime o esforço de pensadores modernos como Bacon e outros em remodelar a cultura e a organização das sociedades. Entre os diversos problemas envolvidos nessa perspectiva, encontramos a defesa da dignidade das técnicas e sua inserção no domínio da ciência. Este problema é importante na filosofia de Francis Bacon, mais exatamente em suas noções de método; e é a este pensador que Diderot recorre para somar forças à sua apologia das artes mecânicas no verbete ‘arte’. (PIRES, 2008, p. 59).

A palavra enciclopédia originariamente é anterior ao referido período, “[...] tem origem grega e deriva da junção de: enkyklos - circular, e paidéia - instrução, educação [...]”, Bueno (1988, p. 72), fazendo, portanto, jus à noção inicial de democratização do conhecimento. O *Século das Luzes* produziu tecnologia, crítica, arte e até revolução. Não menos significativo e grandiloquente feito, temos a *Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências das Artes e dos Ofícios* como produto do viço febril de uma época geniosa. A Inglaterra obteve êxito ao lançar na França sua *Enciclopédia ou Dicionário de Artes e Ciências*. Tal obra precisaria ser traduzida. Alguns efeitos se não superam suas causas, as surpreendem. Le Breton contratou Diderot para a tarefa de tradução inicial, e este se associou a D’Alembert. Juntos, os extraordinários editores filósofos trataram de surpreender a causa. O projeto foi ampliado de tal forma que o que seria uma tradução se transformou num total de 28 livros inéditos com a participação de mais ou menos 160 colaboradores sobre a cuba de 21 anos para execução final. Assim se deu o surgimento da *Enciclopédia francesa* do século XVIII. A capacidade humana de transformar ideias em novas ideias nos dá um razoável juízo do que seja a capacidade humana.

Citaremos o feito nas palavras de Cunha (2010, p.22), com mais riqueza de detalhe:

Em 1745, o editor francês André Le Breton e três sócios obtiveram permissão para traduzir e publicar os dois volumes da enciclopédia do inglês Ephraim Chambers, de 1728 (*Cyclopaedia*, ou Dicionário universal das ciências e das artes). Inicialmente, Breton contactou John Mills e o abade Jean Paul de Malves, mas nenhum dos dois levou à frente o compromisso. Em 1746, Breton conseguiu comprometer Diderot (1713-1784) e D'Alembert (1717-1783) como diretores do projeto. Ambos vislumbraram aí a possibilidade de criar uma obra que se distanciaria muito de uma simples tradução da enciclopédia já existente – representantes notáveis do movimento conhecido como Iluminismo, viram-se diante da oportunidade de combater as superstições e permitir, a todos, o acesso ao conhecimento humano.

Para gigantesco e ambicioso projeto, a *Enciclopédia*, requereu-se igualmente gigantesca mão de obra, reunindo grandes esforços de especialistas do século XVIII, responsáveis pela gestação e parto de seus conceitos intitulados de verbetes. Contudo, havia a cautela ou cuidado de aliar ao texto, sempre que possível, o fator imagem, daí a confecção de *ilustrações*, o que possivelmente se configuraria também em uma estratégia sagaz para tornar mais convidativo ao entendimento o conceito, marcado por sua natureza dura e rígida. As imagens deram a leveza ou clareza de que precisaria a *Enciclopédia*. Os editores definiram um método para organizar os diversos tipos de conhecimentos de acordo com uma determinada ordem de prioridade e hierarquia de saberes. Nada foi ao acaso ou aleatório. A saber, resumidamente, a estrutura da *Enciclopédia*:

A Enciclopédia não se resumiu a uma coletânea de assuntos tratados em ordem alfabética: ela apresenta os temas relacionados por uma estrutura de árvore, chamada pelos enciclopedistas de Sistema Figurativo do Conhecimento Humano. [...] Para os enciclopedistas, a razão assume a posição central e prio-

ritária. Curioso notar que, nesse esquema, a teologia, até então considerada a “rainha das ciências”, ocupa um lugar afastado do centro, ousadamente próximo à magia negra, e a religião aparece como um ramo da filosofia, e não como o bastião da moral e fonte última do conhecimento. A ideia que permeia a obra é que os temas, encadeados sistematicamente segundo a árvore, por meio de remissões, sejam então, apresentados em ordem alfabética, compatibilizando as partes com o todo. (CUNHA, 2010, p.3).

O requinte empregado por Diderot e D’Alembert na confecção do método para constituição da *Enciclopédia* esbanjava a astúcia necessária para garantir nas devidas proporções os objetivos distintos dos ilustres editores. Declaremos por ela mesma seus objetivos citando a própria:

A Obra de que publicamos hoje o primeiro volume tem dois objetivos: como *Enciclopédia* deve expor, tanto quanto possível, a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos; como *Dicionário raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios* deve conter, sobre cada Ciência e sobre cada Arte, seja liberal, seja mecânica, os princípios gerais em que se baseia e os detalhes mais essenciais que formam seu corpo e sua substância. (DIDEROT; D’ALEMBERT, 1989. p.21).

Os ilustres editores arrebanharam com o projeto homens distintos que emprestaram ao século seus bríos, que até hoje, no século XXI, reluzem. É notória a agudeza de espírito dos editores nesta formidável decisão editorial. Não é possível verificar se grandes homens foram cooptados pela grandeza da empreitada ou se a altivez do projeto se deu pela colaboração de grandes homens. Se isto não se trata de uma garantia de sucesso, trouxe, por conseguinte, o sucesso garantido.

A pretensão da empreitada dos enciclopedistas era considerada como uma espécie de novo patrimônio cultural para a natureza humana, segundo Nunes (1993, p.57):

A Natureza, que depois o Iluminismo invocou com tanta frequência, de Montesquieu a Voltaire, de Diderot a Rousseau e a d'Holbach, era tanto o padrão do tipo genérico, ajustado ao universo newtoniano, quanto à regra do gosto artístico educado da aristocracia que se generalizou, convertendo-se num modo de consensus gentium – a ideia abstrata de um senso comum como patrimônio racional dos povos, independentemente da diversidade dos costumes e das diferenças históricas, consideradas acidentais e distorcidas da verdadeira essência humana. Mas o desenvolvimento epistemológico da ciência moderna, independentemente dessas derivações sociais, ideológicas, não apelará nem para o senso comum nem para o consensus gentium enquanto razão prática. Valor, perfeição, harmonia e desígnio, arraigados ao ético e ao estético, passariam logo da órbita intelectual para a afetiva. É dentro desta que vai desenrolar-se, nesse período, a reflexão ensaística sobre o Bem e o Belo, como análise dos sentimentos movida por uma intenção moral e pedagógica.

Angariar pessoas apropriadas para a certeza de sucesso de um trabalho ou idealizar um grande trabalho para atrair as pessoas certas é onde reside o mistério e o talento de um editor. Não se trata de um paradoxo e tão pouco a indefinição se sobressai à solução editorial escolhida acertadamente. De uma maneira ou de outra, torna-se indiscutível o papel do editor na época dos *letrados*. Possivelmente pela noção que temos de originalidade, atribuímos generoso valor a quem escreve e o mesmo não acontece a quem edita. No entanto, a história da *Enciclopédia* se trata da história de editores. Seus autores foram homogeneizados pela grandiosidade da edição. Os operários se sobressaíram sobre os arquitetos; não porque também eram arquitetos, mas porque foram exímios operários. Não tenho conhecimento de outra vez que isto tenha acontecido. Editar significa em sentido geral, imprimir, publicar e pôr à venda uma obra de um escritor. Diderot e D'Alembert reeditaram a palavra editor. Dos temas e dos autores respon-

sáveis pelos verbetes temos a seguinte descrição:

A parte de filosofia foi entregue a Étienne Condillac, Claude Adrien Helvétius, Condorcet e Holbach. As ciências ficaram a cargo de D'Alembert, Holbach e outros. Anne Robert Jacques Turgot e François Quesnay cuidaram de economia e política. A teologia foi abordada pelos abades Morellet, De Prades, Sallier e Yvon. Os responsáveis pela área de literatura foram François Marie Arouet (1694-1778), conhecido como Voltaire, Montesquieu (1689-1755) e Jean-François Marmontel. Além desses, outros pensadores escreveram para a *Enciclopédia*: Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), por exemplo, tratou do verbete música. A obra contou ainda com o trabalho de desenhistas, que se deslocavam até oficinas, laboratórios e academias para fazer ilustrações de máquinas, equipamentos, dados de anatomia e tudo o que pudesse ser transmitido sob a forma de imagem. (CUNHA, 2010, p. 6).

O sucesso de uma campanha não está imune às forças contrárias à sua execução. A *Enciclopédia* não esteve ileso de ânimos contrários maiores que sua empreitada. Grandes ambições despertam grandes inimigos. Referimo-nos a nada menos que a Igreja e ao Estado. É imprescindível perceber que a *Enciclopédia* antecede a Revolução Francesa, o que favorece a compreensão de tais poderes sobre a época. Podemos dizer que quase sempre onde houver filósofo subversão haverá. Sob esta acusação a empresa foi obrigada a paralisar seus trabalhos por duas vezes. Elucidemos o que denominamos de subversão para a época:

O próprio Diderot afirmava que a ‘moralidade pode existir sem religião; e a religião pode coexistir, e [frequentemente] coexiste, com a imoralidade’. Apesar dessas pressões, os enciclopedistas não deixaram de criticar um tipo de Estado (monarquia absoluta) que consideravam incompatível com a natureza humana. ‘Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de usufruí-la, tanto quanto ele usufrui da razão’, proclamavam eles. Em vários artigos pregava-se a instauração de uma monarquia limitada e de um governo representativo, advogando-se a garantia das liberdades civis, além da introdu-

ção de muitas reformas sociais. Por trás de todo esse trabalho estava a [ideia] de que o homem é a medida de todas as coisas, concepção resumida por Diderot num dos verbetes da Enciclopédia: ‘O homem é o único limite do qual se pode começar e ao qual todas as coisas têm de retornar’. (CUNHA, 2010, p.9).

A mão que ludibria o Papa engana o Rei. No caso, as *letras*. Fatores quase insuperáveis a serem sobrepujados pela maestria evidente de engenhosos editores. Artíficos capazes de enganar os olhos atentos do Estado e da Igreja dão a natureza labiríntica e versada da *Enciclopédia*. Precisaria ser Dédalo para escapar do próprio labirinto. Vamos à estratégia dos editores:

O sistema de ‘remissões’, inspirado no modo astucioso como Bayle o empregou, era tríplice. Tinha função heurística, isto é, apontava caminhos impensados entre ciências, princípios ou [ideias] aparentemente díspares; remetia uma palavra a outra, auxiliando o leitor a colher a polissemia dos termos de modo a discernir seus sentidos; era um sistema de remissões de ‘coisas’, ampliava e refinava uma [ideia] remetendo-a a outras. Nesta terceira função, a encenação de embates marcava presença. Como o próprio Diderot declara no verbete “enciclopédia” (encyclopédie), se era preciso louvar um assunto simplesmente por ser ele preconceito nacional protegido pelo estado, se o remetia a um verbete em que se liam argumentos sólidos de implicações contrárias às [ideias] hipocritamente elogiadas. Esta estratégia permitia, driblando a censura, modificar a mentalidade comum, função essencial de um bom dicionário. (CUNHA, 2010, p. 13).

A invenção da imprensa no século XIV por Gutenberg ajudaria a evitar uma falha antiga. Qualquer estudioso dos *antigos* se depara com o problema inicial de fontes duvidosas, referências obscuras, pensamentos centrais para compreensão de um autor cujos registros não foram salvaguardados, restando fragmentos que acendem indefinições de toda sorte. Para os enciclopedistas os séculos vindouros não mais sofreriam com es-

tes problemas, pelo menos sobre o conhecimento no século XVIII, e a própria história poderia fazer as pazes com ela mesma dali por diante. Por todos os feitos e percursos, a *Enciclopédia* venceu:

Na apresentação da Enciclopédia, Diderot e D'Alembert explicam o espírito da nova ideologia: 'O objetivo de uma enciclopédia é o de reunir os conhecimentos até agora esparsos e sistematizá-los para em seguida divulgá-los (...). Assim, as aquisições dos séculos passados não mais se perderão, podendo ser utilizadas no futuro a fim de que nossos netos, tornando-se mais instruídos, sejam ao mesmo tempo mais felizes.

A popularização foi, sem dúvida, um dos aspectos da nova cultura. Até aquele momento, o saber havia sido quase sempre um privilégio reservado a poucos 'aristocratas da cultura'. Os enciclopedistas, ao contrário, propunham uma democracia do saber. Graças também ao desenvolvimento da imprensa (já se imprimiam jornais havia alguns decênios), os conhecimentos relativos a todas as 'ciências, artes e profissões' começavam a ser divulgados; o povo lentamente ganhava acesso a tais informações. A divulgação do conhecimento e da cultura gerou um otimismo ilimitado, difundindo a crença de que o saber iria possibilitar a construção de uma sociedade mais justa e mais próspera. (CUNHA, 2010, p.15).

Como dissemos anteriormente, a *Enciclopédia* venceu esta batalha. As letras francesas abandonaram o latim e construíram um império próprio. Porém, foi ela um dos grandes fatores em meio aos que colaboraram para a eclosão da Revolução Francesa. Já não atribuímos uma vitória da razão do homem sobre o homem, posto que o Romantismo tratou de tentar resolver as mazelas da razão. Como em uma sociedade em que há uma aposta na emancipação do homem através da razão, há também espaço para um romance do tipo que escreve Rousseau? De certa forma, o que estaria em ação através do romance rousseauísta seria a própria razão no exercício da crítica, da denúncia à hipocrisia social e, nessa perspectiva, a própria razão triunfante em certa medida. Porém, não apenas isto.

Referências Bibliográficas

BUENO, Francisco da Silveira. Grande dicionário etimológico-pro-sódico da língua portuguesa. [S.l.: s.n.], 1988.

CASSIRER, Ernst. A filosofia do Iluminismo. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1992.

CUNHA, Marisa Ortegoza. Notas sobre a Enciclopédia (século XVIII). In: Seminários de Estudos em Epistemologia e Didática (SE-ED-FEUSP), 14., 2010, [São Paulo]. Anais eletrônicos... [São Paulo]: Universidade de São Paulo, 2010. p. 2. Disponível em: < <http://www.nilsonjosemachado.net/20101001.pdf> >. Acesso em: 20 de agosto de 2015.

DIDEROT, D.; D’ALEMBERT, J. Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos ofícios, por uma sociedade de letrado: discurso preliminar e outros textos. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 1989.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. O Iluminismo e os Reis Filósofos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

HAZARD, Paul. O Pensamento Europeu no Século XVIII: de Montesquieu a Lessing. 3. ed. Lisboa: Editora Presença, 1989.

JESUS, Paulo Henrique Mattos de. Iluminismo (século XVIII): textos diversos. São Luís, 2009. Disponível em: < <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/iluminismoseculo-xviii-textos> >. Acesso em: 10 mar. 2014.

NUNES, Benedito. A estética e o saber moderno, ou os paradoxos da estética. In: _____. No tempo do niilismo e outros ensaios. São Paulo: Editora Ática, 1993.

PIRES, Bruna Torlay. A Presença de Bacon na Enciclopédia. 2008. 101f. Dissertação (Mestrado em História da Filosofia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

ROLLAND, Romain. Rousseau. Tradução de J. Cruz Costa. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. As Confissões. Tradução de Wilson Louzada. São Paulo: Martin Claret, 2011.

_____. Júlia ou A Nova Heloísa. Tradução de Fulvia M. L. Moreto. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. Quatro cartas ao Senhor Presidente de Malesherbes contendo o verdadeiro quadro de meu caráter e os verdadeiros motivos de toda a minha conduta. In: _____. Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral. Tradução e notas de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. Júlia ou A Nova Heloísa. Primeiro Prefácio. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: 1994. Segunda Parte, Carta XXI.

_____. Carta a d'Alembert. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

_____. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastid e Lourival Gomes Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. Emílio ou Da Educação. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995.

STAROBINSKI, Jean. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.